

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIAS SOCIAIS COMO POTENCIAIS  
ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: PROJETOS  
QUINTAIS PRODUTIVOS E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DO  
INSTITUTO COMUNITÁRIO BAIXADA MARANHENSE**

***SOLIDARITY ECONOMY AND SOCIAL TECHNOLOGIES AS POTENTIAL ALTERNATIVES  
FOR LOCAL DEVELOPMENT: PRODUCTIVE BACKYARDS AND COMMUNITY-BASED  
TOURISM PROJECTS OF THE INSTITUTO COMUNITÁRIO BAIXADA MARANHENSE***

*Karolyne da Luz dos Santos<sup>1</sup>*

**RESUMO:** As transformações do sistema capitalista caracterizaram-se por mudanças tecnológicas e concentração de riqueza, contribuindo para o desemprego estrutural de um contingente de trabalhadores, escassez de recursos, crescimento desenfreado e aumento da assimetria entre as classes. Diante dessa realidade é necessário pensar alternativas de geração de trabalho e renda sustentáveis, e essas podem partir do universo da Economia Solidária e das Tecnologias Sociais, originando variadas práticas para uma economia mais coletiva e menos competitiva. Assim, objetiva-se conceituar o que é Economia Solidária e Tecnologias Sociais apresentando seus fundamentos e características.

**Palavra-chave:** Economia solidária. Tecnologias sociais. Instituto Comunitário Baixada Maranhense.

**Abstract:** The transformations of the capitalist system have been characterized by technological changes and concentration of wealth, contributing to the structural unemployment of a contingent of workers, scarcity of resources, unbridled growth, and increasing asymmetry between classes. Faced with this reality, it is necessary to think of alternatives for the generation of sustainable work and income, and these can come from the universe of Solidarity Economy and Social Technologies, originating various practices for a more collective and less competitive economy. Thus, the objective is to conceptualize what Solidarity

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: karol.luzsantos@gmail.com.

Economy and Social Technologies are, presenting their foundations and characteristics.

**Keywords:** Solidarity Economy. Social Technologies. Baixada Maranhense CommunityInstitute.

## 1. INTRODUÇÃO

No atual contexto de globalização e capitalismo identificam-se novas alternativas de desenvolvimento econômico que divergem com o tradicional, o capitalismo neoliberal que tem características centrais na propriedade privada e no livre mercado (mercantilização do século XXI). Uma dessas alternativas são as tecnologias sociais e a economia solidária que visam a inclusão social e são opostas ao convencional, que provocam a exclusão (DAGNINO, 2010. SINGER, 2002).

Nesta perspectiva, existem projetos do âmbito do terceiro setor que buscam além de oportunizar estratégias de desenvolvimento, valorizar a cultura local, a economia, as potencialidades, as formas criativas de soluções de problemas da comunidade, através do fortalecimento da cadeia produtiva local, como o caso do Instituto Comunitário Baixada Maranhense que é uma fundação sem fins lucrativos que tem por missão criar condições para que comunidades da Baixada Maranhense materializem sonhos e transformem realidades.

Como Joaquim Herrera Flores (2009, p. 208) bem defende em seu livro, “é necessário lutar pelo o que é positivo, múltiplo e diferente da uniformidade; apostar por uma percepção dos fluxos frente aos pensamentos únicos e fechados e pelas articulações móveis e nômades frente aos sistemas fechados e “aparentemente” autossuficientes. Sirvamo-nos da política para multiplicar os espaços de intervenção pública. ”

O Instituto Comunitário Baixada Maranhense é então um propulsor dessas ES e TS na Baixada Maranhense divulgando os meios de produção familiar, coletivos e cooperativos, que de forma dinâmica e autônoma, leva grupos (artesãos, microempreendedores, produtores locais e grupos culturais) para, se capacitar, divulgar e comercializar seus produtos e serviços nas incubadoras.

Mediante tais entendimentos, tem-se como abordagem central: como a Economia Solidária e as Tecnologias Sociais podem ser potenciais alternativas de desenvolvimento local? E que contribuições o Instituto Comunitário Baixada Maranhense tem promovido para o fortalecimento da Economia Solidária e Tecnologias Sociais no território? Trata-se de um estudo de caso, pautado num levantamento bibliográfico, caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva, dividida em introdução e mais três seções. Uma que aborda sobre Economia Solidária (um novo olhar sobre a economia), a segunda que fala sobre tecnologias sociais (pequeno histórico, conceitos e fundamentos), outra que fala um pouco sobre o que é o Instituto Comunitário Baixada Maranhense e os dois projetos, Quintais produtivos e Turismo de Base Comunitária.

## **2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO OLHAR SOBRE A ECONOMIA**

As transformações do sistema capitalista, nas últimas décadas, caracterizaram-se por grandes mudanças tecnológicas, a concentração de riqueza, todos contribuindo fortemente para o desemprego estrutural de um grande contingente de trabalhadores. Diante da dificuldade em conseguir espaço no mercado de trabalho convencional, desempregados ou subempregados criaram, desde os 1980, alternativas autônomas de geração de trabalho e renda, dando origem a práticas variadas dentro do universo da Economia Solidária.

As iniciativas de Economia Solidária desdobram-se em organizações de produção comunitária, comércio solidário, financiamento solidário, entre muitas outras modalidades econômicas adotadas por pessoas que, por algum motivo, encontram-se fora do mercado de trabalho tradicional. Essas iniciativas surgem da mobilização dos próprios trabalhadores que, muitas vezes, são organizados através da iniciativa de organizações não-governamentais, além de incubadoras que se propõem a fomentar e apoiar estas iniciativas.

Como modo de produção, a economia capitalista deveria comover uma competição saudável e não é devido à criação histórica de oligopólios que geram críticas por causa dos efeitos negativos na esfera social. A competição desleal acaba causando desigualdade e criando classes dominadoras e classes dominadas (Singer, 2002).

Esses efeitos negativos vêm desde a Revolução Industrial gerando desemprego com o advento da evolução tecnológica,

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a torná-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante. A competição é boa de dois pontos de vista: ela permite a todos nós consumidores escolher o que mais nos satisfaz pelo menor preço, e ela faz com que o melhor vença, uma vez que as empresas que mais vendem são as que mais lucram e mais crescem, ao passo que as que menos vendem dão prejuízos e se não conseguirem mais clientes acabarão por fechar. Os que melhor atendem os consumidores são os ganhadores, os que não conseguem são perdedores (SINGER, 2002, p. 07).

Diante destes desafios em reação à Revolução Industrial, ao grande empobrecimento dos artesãos e devido à exploração do trabalhador assalariado, surge a economia solidária (Singer, 2002).

A empresa solidária é a base da Economia Solidária seja ela cooperativa de produção, cooperativa de comercialização, cooperativa de consumo ou cooperativa de crédito. O que a impulsiona é a possibilidade de, conjuntamente às pessoas, conseguir driblar as condições adversas do mercado competitivo, pautada em um sistema de ganhos em escala que permitam reduzir substancialmente os custos, através de exploração de nichos de mercado, ou ainda como fornecedoras do poder público entre outras modalidades de viabilização (Singer, 2002).

De acordo com Santos (2010, p.05), no Brasil, a Economia Solidária e as políticas públicas de fomento a esse setor: “não são um universo separado do restante da sociedade brasileira, da sua cultura política, do seu contexto socioeconômico, das suas conquistas e das suas contradições, da sua institucionalidade”.

São as experiências e a trama conceitual que se formam em torno da Economia Solidária, que permeiam os princípios organizadores das intenções e

objetivos dos gestores públicos, as quais viram referência social que pautam a conjuntura na maneira de formular questões com certa regularidade, bem como a maneira de formulá-las, expandindo-se, e ganhando espaço institucional.

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão das máquinas e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã-Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. (SANTOS, 2010, p.22).

A ideia central era fazer com que os pobres tivessem terras para produzir e tirar sua própria subsistência, e, além disso, comprar entre si nas aldeias gerando trabalho excedente e voltando assim o investimento feito pelo governo aos cofres públicos.

O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devida à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Por tanto, conseguir trabalho para eles é expandir a criação de riquezas, permitindo a rápida recuperação do valor investido. Isso foi demonstrado de outra forma por John Keynes, também britânico durante a terrível crise da década de 1930. Desta vez os governos atenderam o apelo e passaram a praticar políticas de pleno emprego, que funcionaram durante cerca de 30 anos, demonstrando a veracidade da tese de Keynes, antecipada 119 anos antes por Owen (Singer, 2002, p. 26).

O autor afirma que para se chegar à igualdade entre todos de uma sociedade é necessário que a competitividade seja substituída pela solidariedade. Essa afirmação se baseia na ideia de que a competição,

atualmente presente no âmbito do capitalismo, é a responsável por gerar e, cada vez mais, intensificar uma série de desigualdades, seja porque a empresa capitalista não possibilita o crescimento daquelas que buscam inserir-se em um mercado já consolidado, seja porque as pessoas que dominam as capacidades necessárias à competição, capacidades que lhes foram transmitidas durante a vida, terão sempre uma vantagem competitiva em relação aquelas socialmente excluídas.

Esses pilares da economia solidária ajudaram no início do século XIX, o mundo a sair da crise, por um certo tempo que foi adotado. Como já exposto, os trabalhadores que não possuíam terras e não se adaptaram a rapidez da evolução das tecnologias (ferramentas de trabalho), foram excluídos do sistema capitalista, pois enquanto o modo de produção capitalista baseia-se na propriedade privada do capital, a economia solidária se baseia na propriedade coletiva ou associada ao capital. No quadro 2, observa-se as semelhanças e diferenças entre os modos de produção para melhor entendimento.

**Quadro 1** - Diferenças e semelhanças entre empreendimentos capitalistas e de economia solidária

<b>DIFERENÇAS:</b>
<p>1. Objetivos: objetiva-se, na empresa capitalista, maximizar os lucros. Na economia solidária, garantir boas retiradas para todos, promover o trabalho e a renda, e reforçar a solidariedade entre os sócios.</p> <p>2. Repartição dos ganhos: na empresa capitalista, os lucros são revertidos aos donos e acionistas da empresa. Na economia solidária, as sobras são repartidas entre todos os sócios de acordo com regras estabelecidas em assembleia.</p> <p>3. Formas de administração: na empresa capitalista, aplica-se a forma hierárquica de gestão (heterogestão) e as decisões são tomadas de cima para baixo. Na empresa solidária, a administração democrática (autogestão), as decisões são tomadas em assembleias e todos têm direito a um voto.</p>
<b>SEMELHANÇAS:</b>

4. Liberdade Individual.

5. Salários escalonados: nos empreendimentos econômicos solidários, os trabalhadores podem receber salários desiguais, de acordo com a valorização da função no mercado; mas as diferenças são muito menores que as praticadas nas empresas capitalistas.

Fonte: Conti, et al, 2018 com base em Singer (2002; 2006).

Como apresentado no quadro 1, tem-se mais diferenças que semelhanças entre o capitalismo e a economia solidária, porém, não estamos aqui para fazer essa discussão que é ampla e cheia de problemáticas. Na oportunidade desse trabalho de conclusão a intenção é mostrar como a economia solidária pode ser um modo de produção alternativo para geração de renda e emprego, como será mostrado mais à frente. Demonstrando-se que não é preciso ter um embate entre os dois modos de produção, mas sim uni-los e criar alternativas de desafogo da crise e formas de inserir os produtores locais em atividades econômicas que além de gerar circulação de renda, gera a reaproximação com cultura e as belezas da cidade de São Luís, fomentando mais o turismo.

Como SINGER (2002, p. 112) destaca “na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção vigente”, assim se mantém a economia solidária como alternativa viável para o desenvolvimento de localidades.

No Brasil, na década de 1980, foi primordial para o fortalecimento da economia solidária. A redemocratização do país impulsionou os movimentos sociais voltados aos interesses comuns e as construções organizacionais coletivas foram reconhecidas na esfera pública. Esses movimentos sociais foram apoiados por iniciativas da igreja católica, predominantemente em ambiente rural, e por universidades e sindicatos, no meio urbano, que inovaram ao propor soluções às demandas sociais por meio da auto-organização popular adotando princípios democráticos e cooperativos na organização. (CONTI apud GAIGER, 2012, p. 6-7).

Um exemplo criado em 1998 foram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que atenderam grupos comunitários que queriam trabalhar e produzir em conjunto (SINGER, 2002, 2006; BERTUCCI; SILVA, 2003).

Os municípios de Porto Alegre, Belém, Recife e São Paulo foram os primeiros a implementar políticas públicas voltadas a economia solidária, na década de 1990. No âmbito federal, foi criada, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e, no mesmo ano, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. (CONTI apud GOLÇALVES; SOBRINHO, 2011, p. 07).

Segundo Gaiger (2003) apesar de a economia solidária ser outra forma de produção, apoiada em princípios de igualdade, ela abriga-se no interior do modo de produção capitalista, na categoria marxiana de modo de produção. Como modo de produção entende-se a forma como se organizam os indivíduos, em uma dada sociedade, em relação aos meios de produção, distribuição e consumo necessário para a subsistência. São, portanto, as relações sociais de produção em um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas. O conceito modo de produção aqui se entende, portanto, como o sistema econômico (produção e distribuição) vigente – no qual vivemos no capitalista.

Vale resaltar que o avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional.

De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida.

Recentemente na cidade de São Luís/MA, foi inaugurado o centro de Referência de Economia Solidária (CRESOL) para fortalecer os empreendimentos solidários, oferecendo um local para comercialização,

incubação de empreendimentos e cursos, palestras e workshop para capacitação de entidades de todo o estado<sup>2</sup>.

Dentro do CRESOL, se desenvolvem programas como a quarta cultural, a semana da economia solidária, feirinhas itinerantes (dentro de condomínios) e apoia também diretamente a feirinha São Luís. Disponibilizando local para a venda de produtos de mais de 20 municípios, o centro de referência gera renda, fortalece o cooperativismo, associativismo e a autogestão em tempos de crise.

Todo esse histórico da economia solidária, tanto no mundo, como no Brasil e principalmente no Maranhão, demonstra uma prática que visa inserir as comunidades na rota da geração de renda e circulação da economia, com objetivo de melhorar a qualidade de vida, gerar emprego, melhorar o meio ambiente do local, incentivando de uma forma solidária e cooperativa a participação de pessoas excluídas pelo sistema capitalista.

A economia solidária vem nos tempos atuais para somar, dando uma oportunidade de inserção aos menos favorecidos pelo sistema capitalista, no Maranhão com iniciativas como o fortalecimento da economia solidária com a criação do CRESOL e criação de programas de incentivo a essa iniciativa, vai gerando renda e a aproximação de comunidades, antes distantes, ao centro e a comercialização dos seus produtos. Essa aproximação faz com que as comunidades sejam vistas através dos seus produtos e sejam inseridas na rota do comercio ludovicense novamente.

Mais que um movimento social, a economia solidária trata-se de uma filosofia de vida com princípios, citados por CAMP (2009, p.08-11) em sua obra,

a) Cooperação - através da organização, participação nas decisões, divisão de tarefas – que podem ser diferentes, mas todas voltadas para o mesmo objetivo. No empreendimento todos tem a mesma importância, responsabilidades, deveres e direitos, não havendo concorrência, nem competição. O bom funcionamento de um empreendimento depende da participação de todos no trabalho e nas assembleias e da capacidade da sua coordenação, para que as decisões sejam cumpridas e as dificuldades sejam transformadas em desafios e

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.trabalho.ma.gov.br/>. Acesso em: 29 de maio. 2019

propostas, levando o empreendimento a ampliar as suas atividades e qualificar os seus produtos.

b) Solidariedade - Todos apoiam as atividades do empreendimento e colaboram uns com os outros na execução das suas tarefas. Todos conhecem as tarefas de todos. O bom desempenho e o bem-estar de cada um influem no resultado dos objetivos e na renda de todos; Mulheres e homens têm as mesmas capacidades e possuem os mesmos direitos e deveres; Para os trabalhadores, é importante que a comunidade e os outros empreendimentos econômicos solidários também se desenvolvam e reconheçam a importância da solidariedade; Os integrantes preocupam-se com o empreendimento e priorizam seus resultados, mas também participam de reuniões, encontros e conversas com pessoas de outros grupos solidários, atuando em diferentes espaços de articulação da economia solidária.

c) Autogestão - No empreendimento, não existe empregado e patrão, ninguém manda mais do que o outro e todos têm espaço e oportunidade de dizer o que pensam e o que querem. Todos são sócios cooperados do empreendimento. Todos são donos dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho; Quando existe algum problema para ser resolvido ou quando se decide sobre o que fazer com alguma sobra da renda, todos têm o direito e o dever de dar sua opinião e seu voto; Todos os participantes do empreendimento se interessam por sua organização, fazem questão de participar das decisões que precisam ser tomadas e comprometem-se com o que o coletivo decide; Para organizar seu trabalho, cada empreendimento realiza reuniões para conversar sobre as propostas de cada um e, depois, decide sobre o que irão fazer, quem vai fazer e como deve ser feito. Alguns trabalhadores precisam assumir a tarefa de coordenação, para que as decisões se transformem em realidade.

d) Sustentação econômica - A atividade econômica dessa alternativa de trabalho valoriza o conhecimento, as habilidades e a criatividade das pessoas, buscando o bem-estar e a felicidade de cada um dos seus sócios e de todos os que se relacionam com o empreendimento. Um empreendimento de economia solidária propõe-se a viabilizar um trabalho digno e uma renda justa para todos os seus sócios, não visando somente ao lucro para acumular riqueza. Os sócios priorizam o trabalho no seu empreendimento, para que possam viver dele. Existe, entre os sócios do empreendimento, o interesse em consumir produtos e

serviços de outros empreendimentos solidários e também de se associar a eles, buscando o desenvolvimento de todos por meio de redes de economia solidária. Um empreendimento, quando une e organiza moradores de uma comunidade para desenvolver alternativas de trabalho e renda, fortalecendo as identidades culturais e preservando os recursos naturais, transforma-se num agente estratégico de desenvolvimento local sustentável.

e) Sustentabilidade ambiental - As máquinas e a matéria-prima utilizada pelo empreendimento para produzir os seus produtos ou realizar os seus serviços não comprometem a saúde das pessoas e a preservação e reprodução saudável dos recursos naturais. Os empreendimentos sempre se preocupam e buscam melhorar, permanentemente, o manejo ecológico de todas as suas atividades, seja dos resíduos das atividades de produção, seja na comercialização dos seus produtos nas feiras e lojas. Os sócios de um empreendimento de economia solidária conscientizam-se de que os recursos naturais são limitados e assumem a tarefa de ajudar na educação de todas as pessoas sobre a importância e necessidade da preservação desses recursos.

Voltando em Singer (2002, p.09), este discorre que “... a solidariedade na economia se dá se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”.

Além dos princípios inerentes à Economia Solidária, este tipo de iniciativa deve ser gerado e gerido por pessoas detentoras dos mais sólidos valores, que, a título de exemplo, podem ser:

- ✓ A justiça, como parâmetro construído coletivamente, protege o menor frente ao maior, distribui equitativamente os bens materiais e imateriais, conformando os direitos e deveres de todos perante a sociedade, e que por isso mesmo pode proteger os que vivem injustiçados;
- ✓ A solidariedade como parâmetro estrutural, pelo qual o avanço da sociedade se mede pelo grau de responsabilidade de uns para com os outros, expresso na legislação, nas políticas públicas e na movimentação da sociedade civil;
- ✓ A igualdade como parâmetro que estabelece que todos são iguais e têm o direito de serem iguais como cidadãos e cidadãs, sendo tratados de forma desigual quando necessário para produzir a igualdade;

- ✓ A diversidade como expressão da liberdade humana de ser e valorizar as diferenças, com base na crença de que juntos somos mais do que a soma das partes;
- ✓ A democracia como exigência da construção e da preservação das condições de justiça, solidariedade e igualdade;
- ✓ A liberdade como valor que sinaliza o direito de cada um, de cada comunidade e de cada grupo social a viver a vida como quiser;
- ✓ A coerência individual e coletiva no viver as diversas dimensões da vida e, em especial, a coerência entre meios e fins;
- ✓ A sustentabilidade como dimensão inerente a tudo que se faça tanto no nível econômico como no social, no político ou no ambiental. A sustentabilidade como valor expressa a preocupação com a durabilidade e a consistência dos processos, procurando assegurar o máximo de coerência entre todas as dimensões da vida;
- ✓ A defesa da vida, como dimensão síntese de todos os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, sem a qual nenhum dos valores acima pode ser realizado em sua plenitude. (CAMP, 2009, 27-28).
- ✓ São esses princípios e valores, frutos da economia solidária, que a diferenciam e a tornam única no cenário econômico, não só como meio de produção mas também como diferencial humano.

### **3. TECNOLOGIAS SOCIAIS - PEQUENO HISTÓRICO, CONCEITOS E FUNDAMENTOS**

Objetiva-se no presente capítulo apresentar concepções introdutórias quanto ao histórico, conceitos e fundamentos das Tecnologias Sociais com base em concepções multidisciplinar e interdisciplinar numa visão contemporânea, com histórico nas esferas mundial, nacional e estadual, para que se possa entender como as TS se caracterizam e se relacionam com o desenvolvimento social.

A história das Tecnologias Sociais no mundo, tem seus primeiros passos na Índia com a descolonização do país, em meados do século XX, nessa época uma das vertentes da TS surgia, a Tecnologia Apropriada, essa foi muito

disseminada por Gandhi que resistia ao eurocentrismo e incentivava um meio de produção local de tecidos para que se fortalecesse a tradição, e se despertasse a consciência política de independência.

Ele incentivou a produção de alimentos e fertilizantes naturais para atendimento das necessidades dos habitantes destas vilas por meio de cooperativas familiares e com tecnologias tradicionais condizentes com as condições financeiras, culturais e demográficas da Índia. Defendia, essencialmente, que a tecnologia deveria ser desenvolvida a partir de uma abordagem integrada de desenvolvimento socioeconômico e cultural para atender demandas locais. (DE ABREU, 2009, p. 21)

No Brasil, segundo uma reportagem especial da Rádio Câmara de Deputados<sup>3</sup>, o conceito dessa tecnologia foi sendo construído por volta dos anos 80 e 90, como forma de buscar alternativas de desenvolvimento para populações em situação de vulnerabilidade. A mesma reportagem relata que “em 2005, o Brasil passou a adotar o nome de "tecnologias sociais" para definir "produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”. É importante ressaltar também que no Brasil, existem projetos de leis voltados diretamente para Política Nacional de Tecnologia Social (PNTS).

No Maranhão várias iniciativas do terceiro setor fortalecem e incentivam as Tecnologias Sociais, eventos como a Jornada Internacional de Políticas Públicas trazem essa temática e discutem fundamentos e concepções sobre as TS que visam questionar o modo de produção mercadológica do capitalismo, mostrando suas duas faces e incorporando soluções de inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Uma dessas iniciativas do terceiro setor tem origem na Baixada Maranhense, região de campos e lagos do estado do Maranhão, através do Instituto Comunitário Baixada Maranhense (fundação comunitária sem fins lucrativos) que será destacado aqui neste artigo.

Em relação ao conceito de Tecnologias Sociais, etimologicamente falando, a palavra “tecnologia” vem do grego (techné e logos) que significa o

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/344102-tecnologia-social--definicao-e-historico--10-53-->. Acesso em: 08 de março de 2023.

conjunto dos conhecimentos sobre os processos e meios de transformação, dessa forma o conceito de TS que veio se aprimorando e se desdobrando através da Tecnologia Apropriada, é de uma forma bem resumida elaborações e construções comunitárias que buscam resolver vulnerabilidades que ocasionam problemas sociais, ambientais, econômicos, etc, de forma solidária e inclusiva. (THOMAS, 2009; DAGNINO, 2010; BAVA, 2004; COSTA, 2013)

O termo “tecnologia social” é pensado de forma ampla para as diferentes camadas da sociedade. O adjetivo “social” não tem a pretensão de afirmar somente a necessidade de tecnologia para os pobres ou países subdesenvolvidos. Também faz a crítica ao modelo convencional de desenvolvimento tecnológico e propõe uma lógica mais sustentável e solidária de tecnologia para todas as camadas da sociedade. Tecnologia social implica participação, empoderamento e autogestão de seus usuários. (Costa, 2013, p. 18)

Costa (2013, p. 20), acrescenta ainda mais ao conceito uma reflexão crítica, afirmando que a TS , está inserida no debate sobre alternativas tecnológicas e o seu conceito parte da concepção de que a tecnologia não é neutra, ou seja, ela não pode partir da ideia de que a solução está apenas nas mãos de especialistas com “construção de soluções e de tecnologias para os inúmeros problemas cotidianos”, mas sim deve partir também “da perspectiva de que cidadãos, associações de bairro, empreendimentos de economia solidária, organizações não-governamentais, movimentos sociais e outras instituições da sociedade civil organizadas podem desenvolver, apropriar-se de, ou adequar tecnologias em benefício de sua coletividade.”

Para entender melhor como funcionam as Tecnologias Sociais e como seus fundamentos podem criar e fortalecer políticas públicas nos territórios é preciso saber quais são eles:

Os fundamentos da TS são (Maciel, 2011, p.150)

- A participação direta da população;
- A transformação social;
- A construção da cidadania e de processos democráticos;
- O sentido de inclusão social;

- A sustentabilidade socioambiental e econômica;
- A organização e sistematização da tecnologia;
- O diálogo entre diferentes saberes: acadêmicos e populares, a acessibilidade e a apropriação das tecnologias;
- A melhoria das condições de vida;
- A difusão e ação educativa;
- A inovação;
- A capacidade de atender necessidades sociais específicas;
- Entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos;

É neste sentido que os fundamentos da TS é uma potencial alternativa para o desenvolvimento local, pois apresenta formas e soluções voltadas às realidades locais, de forma democrática e buscando ouvir, agregar e agir de forma coletiva, gerando respostas mais assertivas aos problemas colocados em um determinado contexto. A ideia é descentralizar e deslegitimar o comando dessa política, tirando assim o poder absoluto das mãos de cientistas, fortalecendo o saber popular e dando voz a aquele e aquela que vivencia o problema cotidianamente. Para isso é necessário legitimar esses processos participativos de construção de cidadania ativa na política de ciência e tecnologia.

Joaquim Herrera Flores em seu livro “A (re)invenção dos direitos humanos”, apresenta o “diamante ético”, que é considerado um marco pedagógico e de ação, seus elementos se comparados aos fundamentos das TS, são compatíveis e seguem a mesma linha de raciocínio e ação. Observa-se em seus elementos abaixo:

**Quadro 2 – Elementos do Diamante**

<b>ELEMENTOS DO DIAMANTE</b>	
<b>CONCEITUAIS: Eixo vertical</b>	<b>MATERIAIS: Eixo horizontal</b>
Teorias Disposição Desenvolvimento Práticas sociais Historicidade Relações Sociais	Forças Produtivas Posição Espaço Valores Narração Instituições

Fonte: Herrera Flores, Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos, 2009.

Com estes fundamentos que se cruzam pode-se afirmar que um dos objetivos da TS e do Diamante Ético é justamente reverter a tendência vigente da tecnologia capitalista convencional que explora e cada vez mais individualiza as relações, gerando competitividade e consumo excessivo “(...) submetendo os trabalhadores aos detentores dos meios de produção e países subdesenvolvidos a países desenvolvidos, perpetuando e ampliando as assimetrias de poder dentro das relações sociais e políticas” (DAGNINO, 2009, p.18).

Essa concepção também vai por dentro da economia solidária e ajuda a entender que o sentimento de quem desenvolve é de pertencimento e orgulho em solucionar problemas que atingem seu local. O desenvolvimento das TS como instrumento de inclusão social, melhoria da qualidade de vida e até diminuição das assimetrias sociais, precisa de uma força tarefa entre o Estado, terceiro setor, setor privado e universidades, para que se multipliquem as ações, projetos e oportunidades.

#### **4. INSTITUTO COMUNITÁRIO BAIXADA MARANHENSE: PROJETOS QUINTAIS PRODUTIVOS E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

O Instituto Comunitário Baixada Maranhense é uma fundação sem fins lucrativos que se localiza na região de campos e lagos do Maranhão, mais conhecida como Baixada Maranhense. A composição do instituto é formada por pessoas nascidas ou residentes da região, dessa forma se constitui o Conselho

Comunitário, instância máxima de deliberação.<sup>4</sup> Na estrutura existe uma Câmara Juvenil com representantes de movimentos da juventude da Baixada Maranhense.

A missão da do Instituto Baixada (como é popularmente chamado) é “criar condições materiais para realização de sonhos de transformação em comunidades vulneráveis da Baixada Maranhense, via captação de recursos, fortalecimento de organizações comunitárias e doações que transformam escassez em abundância. ”

Com parcerias realizadas com a Fundação Banco do Brasil, IDIS (desenvolvendo o investimento social), Rede Iberoamerica de Fundaciones Cívicas e Comunitárias, Rede Comuá entre outras, o ICBM implementa projetos voltados para Economia Solidária e Tecnologias Sociais, fazendo escutas aos residentes e planejamento de forma conjunta, para que as atividades ocorram de forma a beneficiar o a localidade. Partindo do conceito de Dagnio, o ICBM se adequa de forma sociotécnica e reprojeta as tecnologias e técnicas existentes ou novas de acordo com o interesse dos beneficiários.

Na Economia Solidária e nas Tecnologias Sociais não se replica, o que se faz é reaplicar considerando cada contexto e se moldando de acordo com o que é necessário para haver uma mudança significativa do que se coloca como problema.

Trazendo para a Baixada Maranhense, destacam-se através do ICBM dois projetos que abrangem a Economia Solidária e as Tecnologias Sociais, são eles: Quintas Produtivos e Turismo de Base Comunitária, que com o incentivo e apoio do instituto e seus parceiros, empreendedores ali envolvidos conseguem seu sustento e muito mais que isso, conseguem movimentar a economia, o turismo e a cultura na região dos campos e lagos.

### **- Quintais Produtivos**

Nesse projeto são mapeados quintais que produzem (hortaliças, frutas e demais) em municípios da Baixada Maranhense, e a partir desse mapeamento é feito o contato com o residente para inserção do seu quintal no projeto. A partir da aceitação do beneficiário, são feitas capacitações para complementar os seus

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://baixada.org.br/>. Acesso em: 12 de março de 2023.

conhecimentos sobre o cultivo com a apresentação de módulos sobre boas práticas de produção, financeiro, divulgação (marketing), sustentabilidade e atividades práticas para o aumento da produção e venda.

Os beneficiários recebem incentivo através de equipamentos para melhor produção e divulgação do seu produto. Para além das capacitações e atividades práticas, o produtor também participa de momentos (palestras, workshops e seminários), onde fala mais sobre como é seu cotidiano no seu quintal produtivo e quais técnicas desenvolvem para ter um alimento de qualidade.

O ICBM incentiva os beneficiários com um espaço para as capacitações, chamada Sala de Incubadora, divulga seus produtos nesse espaço e dissemina essa forma de produção solidária com parceiros para financiamento, além disso promove encontros nacionais e internacionais na região.

### **- Turismo de Base Comunitário**

O ICBM desenvolveu dentro dessa iniciativa o curso de Turismo de Base Comunitária na sala de incubadora e a partir daí rotas foram traçadas junto os residentes das comunidades tradicionais quilombolas de Alcântara. Com o mapeamento das comunidades foram estabelecidas três rotas para a visitação partindo do Porto do Cujupe.<sup>5</sup> A primeira partindo para Ilha do Cajual, comunidade quilombola que possui uma trilha ecológica e uma comunidade que preserva as tradições. A rota foi traçada por residentes que como guias e formados no curso, contam desde o início da trilha até a chegada da comunidade toda história da ilha. Na finalização do trajeto é possível desfrutar de uma praia deserta de Alcântara. A segunda comunidade é a de Anhenheguara, onde o visitante pode ver como é feita a produção de alimentos que abastecem os boxes do porto do Cujupe, conhecer casas de farinha e visitar o laboratório Tear que foi implantado na comunidade. A terceira comunidade é Itamatatiua, que possui um Centro de Produção de Cerâmica, que existe a mais de 200 anos e é passado de geração em geração quilombola. O centro produz cerâmica com argila para a venda e também realiza oficinas para o turista fazer sua própria peça. Todas essas visitas tem um pacote que pode ser comprado na sala de incubadora, a

---

<sup>5</sup> é um porto localizado no município Alcântara, no Maranhão, em frente à ilha do Cajual. O Cujupe é um terminal de ferry-boat, que recebe embarcações vindas do terminal de ferry-boat da Ponta da Espera, em São Luís, realizando a Travessia São Luís-Alcântara. É administrado pela EMAP.

divulgação feita no espaço mostra e conta um pouco sobre as comunidades e desperta a curiosidade dos visitantes.

Observamos então dois projetos implementados pelo Instituto Comunitário Baixada Maranhense que chegaram entendam a comunidade e ajudaram naquilo que eles já produziam e desenvolviam. Quintais Produtivos, mapeia esses produtores e ajuda eles a aperfeiçoarem ainda mais o que já fazem, com cursos e oficinas práticas. Utiliza também o saber popular dos baixadeiros produtores para entender que tecnologias sociais eles já desenvolvem para uma produção e colheita eficaz e multiplica esse conhecimento para outras regiões.

Para finalizar o Turismo de Base Comunitária em comunidade tradicionais quilombolas, ajuda aos próprios residentes entenderem que seus saberes e tradições são de grande valor e mostra que o que eles realizam é de extrema importância para uma economia mais solidária e conectada com seus costumes, isso facilita na solução de problemas locais e estruturais, equacionando soluções para novos e velhos problemas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A compreensão sobre economia solidária e tecnologias sociais como potenciais alternativas de desenvolvimento local, conseguem pôr em discussão a problemática social e colaborar para o prognóstico de amenizar crises de localidades, isso é de extrema importância e necessário, para que se gerem políticas públicas e financiamentos (setor público e privado), que incentivem esses produtores e cientistas sociais.

É necessária essa abordagem multi, trans, intercultural, para se abranger todos os problemas de uma localidade e só assim buscar prognósticos junto aos envolvidos para um desenvolvimento local participativo. O trabalho buscou compreender sob a perspectiva da economia solidária e tecnologias sociais, os elementos e fundamentos que ajudam na geração de renda, participação social e busca de medidas para soluções de problemas locais.

Nota-se que a inserção de tecnologias sociais e da economia solidária tem favorecido camadas menos favorecidas e vulneráveis, dando a elas visibilidade, isso tem contribuído para geração de emprego e renda, de maneira

mais justa e igualitária. Além disso, mapear as formas de organização das comunidades para que se busque formas de produção e solução de problemas é identificar que já existe potencialidades, o que precisa é oportunidade de transformação social coletiva. Essa organização em, em alguns casos parte de parcerias como do Instituto Baixada, acompanhado de conhecimento técnico e popular, sistematização, para que possam ser reaplicadas em outras localidades, contribuindo para superação das condições adversas em que se encontra uma grande parcela da população maranhense e brasileira.

Os projetos apresentados só mostram ainda mais que, as comunidades têm potencial e que basta uma faísca de oportunidade para que o fogo da transformação torne o que era escassez em abundância.

## **6. REFERÊNCIAS**

BAVA, S. C. **Tecnologia social e desenvolvimento local: tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 103-116.

CAMP. **Economia Popular Solidária.** Pesquisa Ação. Porto Alegre: CAMP, 2002.

CONTI, Bruna Ranção; DA ROCHA, Luiz Ricardo Villela Gonçalves; DE NERY VITEZE, Natália. **As conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro.** REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO, v. 12, n. 2, p. 1-21, 2018.

COSTA, Adriano Borges, (Org.) **Tecnologia Social e Políticas Públicas.** -- São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 284 p.

DAGNINO, R. et al. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas: Unicamp, 2009.

DE ABREU, Yolanda Vieira; DE OLIVEIRA, Marco Aurélio Gonçalves. **Energia, Economia, Rotas Tecnológicas. Textos Selecionados.** EUMED. NET, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária.** Otra Economía, vol. 8, n. 14, enero-junio 2014.

Herrera Flores, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos.** / Joaquín Herrera Flores; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.232 f.: il. ; 30 cm.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, p. 146-165, 2011.

SANTOS, L. M. L.; BORINELLI, B. **Economia Solidária: propostas e perspectivas.** In: **Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional.** Londrina - PR: UEL, 2010.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THOMAS, H. **De las tecnologías apropiadas a las tecnologías sociales: conceptos/estratégias/diseños/acciones.** Ponencia presentada al IV Seminario Ibero-Americano de Ciência Y Tecnología do Centro Experimental de la Vivência da Economia. Córdoba: Argentina. Septiembre de 2009.